

GRANDES PRIORIDADES DO DESENVOLVIMENTO PORTUGAL



1. PERCEPÇÃO COMUM DO DESENVOLVIMENTO

Vou utilizar a palavra desenvolvimento por ser uma palavra que se tornou comum. Mas não tenho dúvida de que é necessária outra expressão que aponte para uma realidade mais holística e mais completa do que aquela a que o desenvolvimento se refere hoje.

Houve uma deriva semântica e sociológica que produziu uma distorsão grave na palavra e no conceito de desenvolvimento. (Acontece que a minha vida adulta tem decorrido paralelamente às várias etapas que têm sido percorridas pela noção de desenvolvimento. É a partir dessa experiência que posso dizer a minha avaliação actual da situação.)

Passo rapidamente pelas décadas de 50 e 60. O desenvolvimento tinha então um sentido de progresso global contribuindo para o bem-estar das pessoas. Usando a expressão das instituições de Bretton Woods o crescimento correspondia à *satisfação das necessidades básicas*. Concomitantemente com a conquista da independência pelos povos colonizados através da acção dos movimentos de libertação, também o desenvolvimento foi encarado entre os anos 60/70 como um *processo de libertação dos indivíduos e das nações*.

Nesse contexto veio entrosar-se a aspiração, já então formulada por alguns dirigentes dos países de independência recente, de construir um desenvolvimento que não fosse a reprodução dos modelos então existentes e cujo carácter hegemónico começava a ser denunciado. É o período da discussão do *desenvolvimento endógeno*, realizado a partir da riqueza material e cultural de cada sociedade. A Declaração dos direitos e deveres económicos dos Estados na AG da ONU de 1974 aponta para *uma nova ordem internacional* em que coexistiriam vários caminhos para o desenvolvimento. São os grandes ideais dos anos 70.

Nos anos 80 e com a consciência cada vez mais alargada sobre as condições de sobrevivência no planeta surgiu a noção de *desenvolvimento sustentado*, trabalhado sobretudo no relatório "o nosso futuro comum", da Comissão da ONU sobre Ambiente e Desenvolvimento. Esta perspectiva atingiu o seu apogeu na Conferência do Rio em 1992. Aí há um compromisso da grande maioria dos estados de tudo fazerem para manter a biodiversidade do planeta, para diminuir a produção dos gases que provocam o efeito de estufa bem como os que provocam o gradual desaparecimento da camada de ozono.

No início dos anos 90 decorre paralelamente o trabalho de reformulação do conceito de desenvolvimento através de um dos órgãos do

próprio sistema das Nações Unidas, o PNUD. Começa então uma tentativa muito concreta e rica de elaboração do conceito de 'desenvolvimento humano'.

2. PROGRESSOS PARCELARES E RETROCESSO GLOBAL

Ao mesmo tempo - e paradoxalmente - o des. torna-se equivalente de crescimento económico.

Para tal contribuem em grande parte as *estratégias Internacionais do Desenvolvimento* aprovadas em cada década pela AG da ONU. (problema já sentido pela própria ONU quando em Junho de 80 convocou uma mesa-redonda sobre estratégias alternativas)

A meio da *Fundação Cuidar o Futuro* década de 90 tem lugar a conferência sobre o *desenvolvimento social*, que como o fêz notar o grande inspirador dessa cimeira Juan Somavia, hoje director-geral da OIT, correspondeu a uma tomada de posição da comunidade internacional "trazendo as pessoas - mais do que a economia - para o centro do planeamento". Bem diferente foi a opinião das mais de 2.000 ONGs que participaram na Conferência e cujo comunicado final diz claramente:

"...cremos que o quadro económico adoptado pelos documentos finais se encontra em flagrante contradição com os objectivos de um desenvolvimento social sustentável e justo.

É, no entanto, um conjunto de compromissos que alimentam fortes esperanças, já que, pela primeira vez os Estados se comprometem solenemente, entre 10, aos 3 compromissos seguintes:

Segundo compromisso - ver anexo

Quarto compromisso - ver anexo

Sexto compromisso - ver anexo

Que dizer 5 anos depois? Em Junho foi reconhecida em AG a paralisia geral relativa a todos estes compromissos. Há dificuldades enormes, ninguém o pode negar, mas há sobretudo no mundo inteiro um grande vazio de liderança política. Sinais desse vazio foram já então:

- Não se consegue aprovar a proposta 20/20.
- As instituições mundiais de crédito não se comprometeram.

Recordo aqui a afirmação de um grande político - que, entre os que conheci, avulta como o maior de todos - desaparecido há duas semanas, Pierre Elliot Trudeau, PM do Canadá por duas vezes, num total de 15 anos. Numa declaração de IAC foi ele que sugeriu começarmos a declaração final afirmando: *"Leaders must lead./ Os dirigentes devem tomar as decisões que se impõem."*



3. MUDANÇA DE PARADIGMA E NOVOS CONCEITOS

O que é que resulta desta leitura? Os textos que referi são a meu ver o 'canto do cisne' de um paradigma: o paradigma do 'sempre mais'.

Já há alguns anos um dos raros políticos que, além de gerir, criou pensamento, a PM Gro Bruntland afirmou claramente que só é possível resolver os enormes problemas do presente e do futuro quando passarmos do paradigma da quantidade para o paradigma da qualidade.

No seu livro "A crítica da razão indolente" BSS liga, de forma lapidar, o paradigma da quantidade à epistemologia que o sustentou e que dele se sustentou.

'Conhecer significa quantificar. O rigor científico afere-se pelo rigor das medições. As qualidades intrínsecas do objecto são, por assim dizer, desqualificadas e em seu lugar passam a imperar as quantidades em que eventualmente se podem traduzir. O que não é quantificável é cientificamente irrelevante.' (pg. 60)

O novo paradigma ainda em formação supõe:

- que a qualidade tem valor em si próprio e que, para além dos valores de sobrevivência de qualquer sistema, é

capaz de salvaguardar e melhorar constantemente a auto-organização do sistema:



- que cada realidade não vive de forma isolada nem mesmo independente das outras mas que há uma permanente troca de energia entre todos os sistemas; trata-se de realidades autónomas porque interdependentes;

- que a capacidade de auto-organização é ao mesmo tempo garanti da sua sobrevivência individual e garantia de que se encontra enquadrado num sistemamais vasto e mais complexo;

- que, contrariamente ao mito prometeico da evolução linear, cada sistema é não só imprevisível como irreversível;

- que se os sistemas têm um comportamento macro de que podem imaginar cenários de evolução, eles são por sua vez resultado de permanentes flutuações microcópicas onde a cada bifurcação corresponde uma grande quantidade de caminhos possíveis em que a decisão do aparentemente menos importante vai determinar a evolução do todo.

A fase de transição de um paradigma a outro não pode deixar de ter consequências na própria noção de desenvolvimento. No contexto actual e permanecendo intocados

os grandes sistemas de que depende e em que se exprime, o des. é um conceito que já não é funcional.

4. PRIORIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Tendo-se tornado sinónimo de 'crescimento económico', o desenvolvimento só poderá ganhar novos contornos quando a própria economia fôr encarada na multiplicidade dos factores que a integram:

- factor aumento e diversificação dos recursos financeiros
- factor social
- factor ambiental

Quanto aos recursos financeiros, é socialmente inaceitável e eticamente condenável que sejam mantidos níveis individuais de rendimento que não atingem a garantia do próprio sustento. Por muitos protestos que as medidas necessárias possam provocar e por muitos governos que possam cair, o povo só pode delegar o poder que em si reside como fonte da soberania àqueles que são suficientemente fortes e hábeis para garantir que o mínimo da QV é atingido por todos. Isto supõe um Estado que é 'uma pessoa de bem' mas emanando de uma sociedade que é ela também 'uma pessoa de bem'.

Em Portugal, a relação ao dinheiro e à sua partilha é parte de uma velha tradição de

'aproveitamento' de todos os canais que 'facilitem' a vida. Falta-nos o sentido anglo-saxónico e nórdico de uma cidadania que assume, mesmo com elevado grau de sacrifício, a responsabilidade pelo bem de todos. E, no entanto, temos hoje fundamentos filosóficos e instrumentos económicos que, p.ex., os suecos ainda não tinham nas primeiras décadas do séc. XX quando emigraram maciçamente para os EUA.

Acresce ainda que o mimetismo social cria uma apetência desenfreada ao consumo de bens supérfluos. (casa do BB!!) Precisamos de instrumentos que ajudem o leitor, o tele-espectador a interpretar a razão dos seus desejos. Trata-se de uma verdadeira literacia económica que importa conduzir a nível nacional, como uma grande campanha de educação.

Fundação Cuidar o Futuro

O *factor social da economia* implica o repensar do próprio conceito de trabalho. E daí imaginar novas formas de partilhar o trabalho, o tempo e os lucros. A nova divisão internacional do trabalho requer a capacidade de nela se participar com conceitos e práticas dinâmicas de realização de trabalho. O que é inaceitável é um trabalho sem flexibilidade, sem mobilidade, e penalizado. Exclusão

Factor ambiental: não chega 'o poluidor paga' porque os processos são irreversíveis. Alguns terão de ser parados à partida.

Mais: a internalização dos custos ambientais obriga a mudar a própria economia; i.e. se o custo ambiental for incorporado no preço de custo de qualquer produto, a paisagem produtiva mudará necessariamente. (Como primeiro passo contas nacionais paralelas. Enquanto isto não fôr feito as decisões políticas mais importantes continuarão a ser tomadas na base de dados incorrectos.)

4.1. EDUCAÇÃO

Uma modificação radical tem de vir a dar-se no que se chama hoje 'educação':

- Trata-se de criar uma matriz científico-cultural que estruture o pensamento, respeite e canalize as emoções, ligue permanentemente os conteúdos à vida real e induza em todas as crianças o desejo de criar algo de novo.

- Sem cair no cabotismo audio-visual, há que utilizar as novas tecnologias de modo a tornar agradável o acto de conhecer e a converter os professores em verdadeiros mestres, capazes de ajudar sobretudo a fazer emergir o sujeito que cria sínteses pessoais a partir da aprendizagem.

- Para além do que poderá vir a definir-se como 'ensino básico', importa criar 'qualificações transferíveis' excluindo a pretensão de tudo aprender na juventude e assegurando uma saudável margem de

mobilidade e de novidade numa vida activa de mais de 50 anos!

4.2. POBREZA

A erradicação da pobreza é a pedra de toque de uma sociedade que quer manter-se viva. Foram os latino-americanos os primeiros a mostrar que acima de um certo número de pobres na sociedade o desenvolvimento não tem capacidade de os absorver. Propuseram por isso a formulação de *estratégias nacionais de luta específica contra a pobreza*.

No entanto, até hoje nenhum país teve a ousadia de pôr em prática uma tal estratégia. As razões são múltiplas mas possivelmente todas têm que ver com a exclusão de que todos falam como se de uma realidade asséptica se tratasse.

É que na exclusão estão em causa elementos objectivos e subjectivos. O 'inimigo' não é nomeado, mas é a totalidade da sociedade que se fecha, que põe de fora, que não partilha, que exclui, que rejeita.

Os elementos objectivos são obviamente a apropriação dos direitos fundamentais apenas para alguns, como resultado de mecanismos de má fundamentação ao nível dos valores e de má gestão ao nível da eficácia.

Os elementos subjectivos têm que ver de um

lado com a nossa atitude em relação ao outro e, do outro lado, com a tendência para a desqualificação daqueles que são desprovidos dos mais elementares direitos.

4.3. SAUDE

Educação e erradicação da pobreza cruzam-se com um terceiro factor: a saúde. Para tal, há suficientes orientações a plano nacional e internacional que urge pôe em prática sem, mais uma vez, se nomearem grupos de estudo. Assim:

- É vital para todos a disponibilização de serviços básicos preventivos e curativos, a fim de eliminar o actual sistema de serviços de saúde a duas velocidades.

Fundação Cuidar o Futuro

- É indis pensável que a gestão dos recursos para a saúde deixe de funcionar como uma aplicação à saúde de princípios universais de gestão: é a gestão que tem de se integrar nos serviços de saúde servindo a sua óptica própria e não o contrário.

- De acordo com todas as normas internacionais sempre repetidas e aperfeiçoadas, é urgente passar de um modelo curativo superdesenvolvido (p.ex. hospitais em triângulos de 20 Km de lado) para clínicas comunitárias (ou centros de saúde) locais de cuidados primários, programas de cuidados ao domicílio e iniciativas de prevenção.

PARTICIPAÇÃO

As ONG não podem ser apenas lugar de contestação. Têm de exercer um papel activo. A maior parte realiza acções que tentam responder aos problemas, por vezes de modo original - o seu contributo é pioneiro e, apesar de ter lugar a uma escala reduzida, abre perspectivas inovadoras. Mas o seu papel tem ainda duas componentes que não têm sido suficientemente desenvolvidas: uma que defendo há mais de 20 anos é o seu reconhecimento enquanto verdadeiros e legítimos parceiros sociais; a outra é a sua capacidade de proporem, como diz Manuela Silva, 'diagnósticos alternativos'. Bem sabemos que um problema bem equacionado é já um problema num novo caminho de resolução. O PM da Dinamarca na abertura da Conferência do des. social afirmou:

"Deixemos a esperança transformar-se em acção. É o que as pessoas esperam de nós."